



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 54/XI/ 2.ª SL

Aos 15 dias do mês de Dezembro de 2010, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

1. Audição do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, previamente ao Conselho Europeu de 16 e 17 de Dezembro;

II PARTE

2. Apresentação do Relatório sobre a participação da Assembleia da República na Reunião Inter-Parlamentar: "Para além da crise – Que desafios para a Europa?", que decorreu no Parlamento Europeu, em Bruxelas, nos dias 8 e 9 de Novembro de 2010;
3. Apreciação e votação da Redacção Final da Resolução da Assembleia da República: "Acompanhar a execução da decisão do Conselho da União Europeia da redução dos direitos aduaneiros sobre importações essenciais provenientes do Paquistão";
4. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE relativos ao escrutínio dos seguintes Relatórios e iniciativas europeias:
 - Relatório da 8ª Comissão sobre a COM (2010) 296 Final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Dar um novo impulso à cooperação europeia no domínio do ensino e da formação profissionais para apoiar a Estratégia «Europa 2020»;
 - Relatório da 6ª Comissão sobre a COM (2010) 367 Final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Reforçar a coordenação das políticas económicas com vista à estabilidade, crescimento e emprego - instrumentos para uma melhor governação económica da UE.
5. Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, relativamente aos seguintes Relatórios e iniciativas europeias:
 - COM (2010) 597 - Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 648/2004 no que diz

respeito à utilização de fosfatos e de outros compostos fosforados em detergentes para a roupa de uso doméstico;

- Relatório da 1.ª Comissão sobre a COM(2010)415 - Relatório anual da Comissão, ao Parlamento Europeu e ao Conselho, sobre as actividades da Unidade central do EURODAC em 2009;
 - Relatório da 6ª Comissão sobre a COM(2010)560 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Enfrentar o desafio da segurança da exploração offshore de petróleo e gás;
 - Relatório da 6ª Comissão sobre a COM(2010)558 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu - 28.º Relatório Anual sobre as actividades anti-dumping, anti-subsídios e de salvaguarda da União Europeia (2009);
 - Relatório da 6ª Comissão sobre a COM(2010)589 - Relatório da Comissão: Relatório anual sobre o Fundo de Coesão (2009);
6. Apreciação e votação das actas n.º 47 de 10 de Novembro de 2010 e n.º 50 de 10 de Dezembro de 2010;
7. Outros Assuntos.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião saudando o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Esta audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

A intervenção inicial coube ao Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, que começou por referir os temas da Agenda do próximo Conselho Europeu, dando especial ênfase à aprovação da alteração ao artigo 136.º do Tratado de Lisboa com o objectivo de instituir o mecanismo de estabilização. Nesse âmbito, referiu que esta alteração do Tratado de Lisboa se procederá através de um processo de revisão simplificada e que Portugal apoia esta alteração, bem como o texto constante na proposta. Finalmente, referiu que de acordo com o previsto esta alteração entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2013. No âmbito da crise económica, salientou a ideia de que a actual crise é antes de mais uma crise sistémica da zona Euro. Ainda no âmbito da sua intervenção inicial, focou as perspectivas financeiras, o relatório a apresentar pela Alta Representante e que este Conselho Europeu iria conferir ao Montenegro o estatuto de país candidato.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) começou por referir os equilíbrios de forças na EU e partilhar os seus receios face a uma deriva inter-governamental do projecto europeu. Na sua intervenção aludiu ainda ao mecanismo permanente de

estabilização como instrumento fundamental para o aprofundamento e garantia do Euro, enquanto divisa europeia. Ainda em relação ao mecanismo permanente de estabilização, questionou sobre o sentido e alcance da expressão “estrita condicionalidade”, que consta na proposta de alteração ao Tratado de Lisboa. Finalmente, aludiu ainda à oportunidade de discutir o alargamento no contexto actual e sobre a concessão do estatuto de país candidato ao Montenegro.

De seguida, tomou a palavra a Sra. Deputada Cecília Honório (BE), que aludiu ao mecanismo de estabilização – referindo que a revisão foi imposta pela Alemanha e consentida por todos os Estados-Membros; ao mecanismo efectivo de emissão de dívida pública – sobre o qual questionou o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus relativamente à posição oficial de Portugal sobre a proposta Trichet-Junker; e à flexibilização do mercado de trabalho – em especial, as constantes pressões do FMI e Comissão Europeia no sentido de flexibilizar o mercado de trabalho.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) começou por referir que esta proposta de revisão do Tratado de Lisboa, cerca de 1 ano depois da sua entrada em vigor, é uma espécie de “ferida narcísica”, que novamente é gerada por uma ideia alemã com base num problema de ordem constitucional. Aliás, a esse propósito, referiu que a História tem-nos demonstrado que com base em problemas internos de índole constitucional alemã, a Alemanha preconiza alterações aos Tratados, sendo que é a própria a bloquear alterações mais profundas a matérias económicas. Referiu ainda que é importante frisar que a falta de previsibilidade alemã ao longo das revisões dos tratados, do estatuto do BCE, entre outros, tem conduzido à inevitabilidade actual. No que diz respeito à decisão de proceder a uma revisão simplificada dos Tratados, o Sr. Deputado criticou a opção porque esta deixa de fora da discussão das opções os Parlamentos Nacionais, restando-lhes uma mera possibilidade de ratificação ou não da alteração ao Tratado. Assim, sugere que apesar do Tratado não o prever deveria ser realizada uma audição aos Parlamentos Nacionais para que estes pudessem exprimir as suas opiniões relativamente a esta alteração. Antes de terminar a sua intervenção, lamentou que se vá proceder a uma alteração do Tratado de Lisboa por causa deste detalhe.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) tomou a palavra para colocar questões relativamente ao mecanismo de estabilização, mas também sobre as dificuldades actuais dos bancos portugueses em conseguirem financiamento. Finalmente questionou o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus sobre as conclusões das Cimeiras UE - Rússia e UE - Índia.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) começou por referir que apesar da Europa não estar preparada para a crise, esta dispunha de mecanismos para a contrariar, se tivessem sido accionados atempadamente. Acrescentou que o problema actual não se resolve com a diferenciação entre países cumpridores e países relapsos, até porque tal distinção não tem em conta as condições sistémicas de cada Estado-Membro. Referiu então os casos da Irlanda, Espanha e Portugal, como sendo Estados que foram objecto de ataques especulativos às divisas soberanas e nesse sentido, as medidas agora propostas pouco vão resolver. Finalmente, concordou com o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) nas dúvidas suscitadas sobre a oportunidade de novos alargamentos neste momento e observou que uma verdadeira solução teria de passar por uma maior integração política a nível europeu.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus começou por referir que se desloca à Comissão de Assuntos Europeus com toda a transparência e que, por vezes, parece que não é ouvido. De seguida respondeu às questões e aos comentários efectuados, aludindo à questão do alargamento, ao problema das balanças comerciais, à rejeição pela maioria dos Estados-Membros da possibilidade de existirem sanções políticas, ao papel do sector privado, ao processo simplificado de revisão do Tratado e às conclusões das cimeiras EU - Rússia e EU - Índia. Referiu ainda que a UE se depara actualmente com o seu maior desafio de sempre desde a fundação e que este desafio passa pela defesa do Euro, enquanto projecto de estabilização do espaço europeu e enquanto projecto político.

A Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD) solicitou a palavra para aludir à importância da política de coesão no espaço europeu, realçando a importância das perspectivas financeiras para 2014-2020 e aproveitou para questionar o Sr. Secretário de Estado sobre a conclusão do processo de disponibilização para a Região Autónoma da Madeira do Fundo de Solidariedade.

O Sr. Deputado João Galamba (PS) tomou a palavra para aludir à proposta do ex-Comissário Europeu, Mario Monti, publicada em artigo do *Financial Times*, que defende a diferenciação de despesas, referindo que esta poderia ser uma boa opção no sentido de garantir a possibilidade de investimentos públicos. Concluiu referindo que a consolidação orçamental não pode levar à irracionalidade económica.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) fez um breve comentário e reiterou a questão do alargamento.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus respondeu às questões formuladas, referindo que previsivelmente ainda em Dezembro ou em Janeiro será aprovado o Fundo de Solidariedade para a Madeira e concordou com a importância da política de coesão, designadamente, no que concerne às RUPs. No que diz respeito à diferenciação das despesas, embora possa fazer sentido, esta não é a opção seguida pela UE. Finalmente referiu que a austeridade nacional não deve ter reflexos no orçamento da EU.

Após esta última intervenção, o Sr. Presidente deu por concluída a audição, agradecendo a presença do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus.

Na segunda parte da reunião, o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu a palavra ao Sr. Deputado Alberto Costa (PS) para este apresentar o Relatório sobre a participação da Assembleia da República na Reunião Inter-Parlamentar: "Para além da crise – Que desafios para a Europa?", que decorreu no Parlamento Europeu, em Bruxelas, nos dias 8 e 9 de Novembro de 2010. No âmbito da apresentação deste relatório, o Sr. Deputado Alberto Costa (PS) teceu alguns comentários gerais sobre a importância das reuniões inter-parlamentares e defendeu a importância do recurso ao método comunitário como método de decisão por excelência ao nível europeu. Referiu ainda que na última COSAC, o Sr. Presidente do Conselho, Herman Van Rompuy, afirmou que o Grupo de Missão teve um carácter excepcional. Acrescentou que a reunião não teve conclusões definitivas, mas realçou a importância da realização de reuniões sobre temas concretos. A este propósito colocou à consideração da Comissão o envio de um ofício à COSAC no sentido de incluir na agenda a discussão sobre o processo de revisão simplificada do Tratado e a exclusão dos Parlamentos nacionais desse processo. Finalmente, deixou uma palavra de apreço ao Sr. Deputado Cristóvão Crespo e ao Dr. Bruno Pinheiro, a este último pela forma como assessorou os trabalhos e pela elaboração do Relatório.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) solicitou a palavra para perguntar como foi designada a Delegação e aproveitou para colocar algumas questões sobre o Relatório.

O Sr. Presidente da Comissão explicou que estas delegações são formadas após despacho de S. Exa. o Presidente da Assembleia da República. Normalmente são compostas por dois deputados do Parlamento português, sendo que um pertence ao partido maioritário e outro a um partido da oposição. Quando se trata de matérias transversais, que implicam a participação de Deputados de mais do que uma comissão (sendo que cabe a S. Exa. o Presidente da Assembleia da República

determinar as comissões competentes), é articulado entre os Presidentes das Comissões respectivas qual designa quem.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) responde às questões colocadas e explicita algumas opções terminológicas.

O Sr. Presidente aproveitou ainda para confirmar que, nos termos do Tratado de Lisboa, o processo de revisão simplificado não prevê a possibilidade de participação dos Parlamentos nacionais, pelo que coloca à consideração da Comissão a proposta do Sr. Deputado Alberto Costa (PS) no sentido de ser remetido ofício à COSAC para que esta questão possa ser debatida. Não existindo nenhuma oposição à iniciativa, ficou acordado que seria remetido pelo Sr. Presidente o ofício proposto.

No ponto três da Ordem do Dia, foi apreciada a Redacção Final da Resolução da Assembleia da República: "Acompanhar a execução da decisão do Conselho da União Europeia da redução dos direitos aduaneiros sobre importações essenciais provenientes do Paquistão", a qual, nos termos do artigo 156.º, n.º 2 do RAR, foi aprovada mediante deliberação sem votos contra, registando-se a ausência do BE e PCP.

No quarto ponto da Ordem do Dia, o Sr. Deputado José Ferreira Gomes (PSD) apresentou o Parecer relativo ao Relatório da 8ª Comissão sobre a COM (2010) 296 Final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Dar um novo impulso à cooperação europeia no domínio do ensino e da formação profissionais para apoiar a Estratégia «Europa 2020». Não tendo sido apresentadas nenhuma questão, foi o mesmo submetido a votação tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

De seguida, o Sr. Deputado António Gameiro (PS) apresentou o Parecer relativo ao Relatório da 6ª Comissão sobre a COM (2010) 367 Final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Reforçar a coordenação das políticas económicas com vista à estabilidade, crescimento e emprego - instrumentos para uma melhor governação económica da UE. O qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

No ponto cinco da Ordem do Dia, foram designados os seguintes Autores de pareceres: ao Sr. Deputado António Gameiro (PS) coube a COM (2010) 597 - Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o

Regulamento (CE) n.º 648/2004 no que diz respeito à utilização de fosfatos e de outros compostos fosforados em detergentes para a roupa de uso doméstico; à Sra. Deputada Luísa Roseira (PSD) coube o Relatório da 1.ª Comissão sobre a COM(2010)415 - Relatório anual da Comissão, ao Parlamento Europeu e ao Conselho, sobre as actividades da Unidade central do EURODAC em 2009; ao Sr. Deputado Manuel Seabra (PS) coube o Relatório da 6ª Comissão sobre a COM(2010)560 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Enfrentar o desafio da segurança da exploração offshore de petróleo e gás; ao Sr. Deputado José Ferreira Gomes (PSD) coube o Relatório da 6ª Comissão sobre a COM(2010)558 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu - 28.º Relatório Anual sobre as actividades anti-dumping, anti-subsídios e de salvaguarda da União Europeia (2009); e finalmente ao Sr. Deputado José de Bianchi (PS) coube o Relatório da 6ª Comissão sobre a COM(2010)589 - Relatório da Comissão: Relatório anual sobre o Fundo de Coesão (2009).

No sexto ponto da Ordem do Dia foram apreciadas e aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP, as actas n.º 47 de 10 de Novembro de 2010 e n.º 50 de 10 de Dezembro de 2010.

A propósito da acta n.º 50, o Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) referiu que não considerou correcta a forma como foram conduzidos os trabalhos, nem tão pouco considerou adequado o tempo da audição. De facto, a audição foi muito interessante e merecia mais tempo e que tivesse sido dada possibilidade a todos de intervirem.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus explicou que esta audição tinha sido agendada para aquela data, porque era a hora disponível do Sr. Comissário aquando da sua deslocação a Lisboa, mas considerou que seria muito interessante voltar a convidá-lo, por exemplo, aquando da apresentação do Livro branco das pensões.

No último ponto da Ordem do Dia, o Sr. Presidente informou os Srs. Deputados António Gameiro (PS) e José Ribeiro (PS), que tinham ficado encarregues de elaborar os Pareceres relativos à COM(2010)73, COM(2010) 552 e COM(2010)343, que importava que apresentassem os respectivos Pareceres na próxima reunião atendendo aos prazos do processo de decisão na UE ou correr-se-ia o risco de poderem perder a oportunidade e a relevância. Não se encontrando nenhum dos Deputados presentes, ficou a Sra. Deputada Coordenadora do PS encarregue de lhes transmitir essa informação.

Finalmente, o Sr. Presidente da Comissão deu conta que a próxima reunião da Comissão será excepcionalmente na 2ª feira, dia 20 de Dezembro, pelas 17h00 e que a primeira reunião da Comissão em Janeiro será no dia 4 de Janeiro. Informou ainda que no dia 5 de Janeiro, de manhã, se realizará a habitual reunião sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia, com a presença de Srs. Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, de Srs. Deputados das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, bem como com a presença de representante da Comissão Europeia e do Sr. secretário de Estado dos Assuntos Europeus e, na parte da tarde, terá lugar o debate em plenário sobre os Assuntos Europeus.

A reunião foi encerrada às 13:50 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 Dezembro 2010.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
António Gameiro
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Cecília Honório
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ferreira Gomes
Luís Rodrigues
Luísa Roseira
Manuel Seabra
Miguel Vale Almeida
Pedro Brandão Rodrigues
Vânia Jesus
Vitalino Canas
João Galamba
Sérgio Sousa Pinto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Ribeiro
Paulo Pisco
Pedro Duarte

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Honório Novo